

# Reforma universitária terá "lobby" na Constituinte

**Belo Horizonte** — Um lobby de reitores, professores, estudantes e funcionários de todas as universidades brasileiras para atuar junto aos constituintes, defendendo uma reforma universitária que interesse à comunidade acadêmica, é o que pretende o Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), a partir de março, quando se reiniciam as aulas, segundo revelou o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, professor Cid Veloso.

Documentos contendo as propostas do Crub, Andes (Associação Nacional dos Docentes das Escolas Superiores), Fasubra (Federação Nacional de Servidores das Universidades Brasileiras) e UNE (União Nacional dos Estudantes) foram encaminhados a todas as unidades da UFMG por Cid Veloso, no início deste mês. Os documentos resumem as discussões feitas pelas entidades no ano passado, quando tentaram, com êxito, barrar o projeto de reforma universitária preparado pelo Ministério da Educação para ser votado pelo Congresso. Este ano, as entidades pretendem elaborar o seu próprio projeto de reforma universitária.

## Desencanto

Apesar da intenção das entidades de reitores, professores, estudantes e funcionários, o maior problema enfrentado por elas é a própria disposição da comunidade universidade para discutir o assunto. No ano passado, quando a aprovação pelo Congresso do projeto Geres (Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior), do Ministério da Educação, era iminente, foram poucos os que se interessaram em barrá-lo, reconhece Cid Veloso. Na UFMG, as discussões raramente reuniam mais de 30 pessoas.

— Este é um fenômeno que está ocorrendo no Brasil: a população está desencantada com a discussão política. Ela reclama, mas não participa quando é chamada — analisa o reitor da UFMG.

Para fazer frente a este comportamento, que ele entende ser "um resquício do autoritarismo", Cid Veloso quer modificar a forma de debate da reforma universitária; ao invés de discussões amplas, a reitoria se prepara para promover reuniões por unidades, esperando reunir maior número de alunos, funcionários e professores. Os principais pontos da pauta: a autonomia universitária, o ensino público e gratuito, a democratização da universidade e a isonomia salarial.

— Embora a eleição direta dos diretores e reitores seja praticada hoje nas universidades brasileiras, acredito que os conservadores reagirão à sua formalização — disse Cid Veloso, que considera que o tema do ensino público ou privado também polarizará as discussões, tanto na comunidade universitária quanto na constituinte.

## Nenhum paraíso

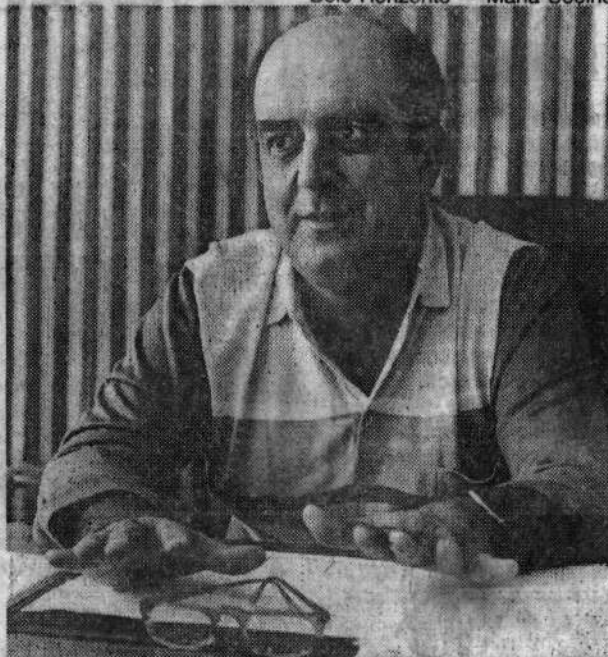
O reitor se mostra mais otimista quanto à isonomia (equiparação salarial entre professores e funcionários das universidades autárquicas e fundações) e à autonomia universitária.

— A autonomia está prevista na lei 5.540, mas nunca foi implantada. Ela acabaria com os currículos mínimos impostos pelo Conselho Federal de Educação, com a impossibilidade de remanejamento e contratação de pessoal, além de permitir à universidade gerir com maior flexibilidade o seu orçamento — explicou Cid Veloso, ressaltando que "autonomia não é nenhum paraíso, ao contrário, vai dar mais preocupação, trabalho e responsabilidade" para as universidades brasileiras.

Para trazer os funcionários à discussão da reforma universitária, a Fasubra promove em Belo Horizonte, a partir do final deste mês, o Congresso dos Servidores das Universidades Federais. O vice-presidente da Fasubra, Irani Campos, atribui a pequena participação dos funcionários, no ano passado, à incredulidade sobre o seu poder de decisão.

— O funcionário tende a pensar que, se não participa da decisão, não há por que discutir. A nossa proposta é realizar seminários e congressos universitários, para reverter esta situação — afirmou Irani Campos. A Fasubra, segundo ele, quer quebrar a visão corporativista que separa, nas discussões, os funcionários dos professores e dos alunos.

Belo Horizonte — Mana Coelho



Cid Veloso, a reitoria da UFMG na luta

A maior preocupação da Fasubra é a conquista da isonomia salarial, mas quer também dinamizar as atividades de extensão universitárias, através das quais a universidade procura se envolver com a sociedade. Esta preocupação é também manifestada pelo reitor Cid Veloso, lembrando que a UFMG é responsável por uma grande inovação ao acolher, entre os integrantes do Conselho Universitário, órgão máximo da instituição, quatro representantes da comunidade, desde o ano passado.

— As atividades de extensão precisam prever também a participação dos funcionários, o que não ocorre hoje. A universidade poderia ter cursos, como de alfabetização, específicos para os funcionários, que depois contribuiriam ajudando no trabalho junto à comunidade — reclama Irani Campos. Ele revelou que cerca de 10% dos funcionários da UFMG são analfabetos, índice que considera "terrível", em se tratando de uma instituição de ensino superior.

Enquanto os funcionários se preocupam com cursos de extensão e melhorias salariais, os estudantes se mostram atentos à garantia do ensino público e gratuito, que, acreditam, está sendo ameaçado pelos proprietários dos estabelecimentos de ensino privados. Em contraponto à agitação universitária nas décadas de 60 e 70, os estudantes são, entretanto, o segmento universitário que mostra menor interesse pela reforma universitária, conforme reconhecem os próprios dirigentes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFMG.

— Os estudantes hoje se mobilizam apenas para as questões imediatas, como professores que não comparecem para dar aulas, ou falta de material nos laboratórios — constata a tesoureira do DCE, Patrícia Moulim Mendonça.

Apesar disso, afirma, os estudantes estão unidos em torno da proposta elaborada pela UNE durante o 4º Seminário Nacional sobre Reforma Universitária, realizado em junho de 1985. A proposta reivindica a criação de escolas públicas noturnas de nível superior, melhoria da qualidade de ensino e o fim das taxas de matrículas e de serviços cobradas pelas unidades públicas. Para discutir as propostas e apresentar um projeto de reforma universitária conjunta com funcionários, professores e reitores, o DCE quer promover uma jornada de discussões a partir de março.

— Temos de parar as aulas, ou não haverá participação. Os estudantes se interessam por política, mas as entidades estudantis não conseguem canalizar esse interesse. E que existe um certo pessimismo dos estudantes quanto à possibilidade de promover mudanças reais na universidade — resumiu o secretário do DCE, Paulo Drummond.

## Co-gestão pioneira é entusiasmo do eleito

**Belo Horizonte** — Contrastando com o pessimismo estudantil, o professor Washington Albino demonstra entusiasmo com o modelo pioneiro de co-gestão da Faculdade de Direito da UFMG, que está implantando desde outubro do ano passado, quando foi escolhido, através de voto direto, diretor da unidade.

Na co-gestão, professores, funcionários e alunos indicam um representante de cada segmento para as comissões encarregadas de diagnosticar os problemas enfrentados pela faculdade e apontar soluções. As propostas são levadas a assembleias gerais, responsáveis pela decisão final.

## Rumo à autonomia

— Se queremos a autonomia universitária, temos de nos mostrar capazes de assumir responsabilidades. O pessimismo dos estudantes e também dos professores com a universidade é justificado, mas de nada adianta ficarmos nos lamentando. Temos de ser criativos — resume Washington Albino ao defender sua proposta de co-gestão.

Professor da Faculdade de Direito da UFMG há 35 anos e eleito diretor pelo voto direto da imensa maioria dos estudantes, professores e funcionários, Albino faz questão de dizer que só está no cargo porque recebeu esse apoio. Considera aviltante que um professor ganhe entre Cz\$ 3 mil e Cz\$ 10 mil por mês, enquanto seus alunos, quando se formarem e se tornarem advogados, juizes, promotores e delegados, receberão até 10 vezes mais, e defende a melhoria salarial como ponto essencial da reforma universitária. E se entusiasma ao falar do modelo de co-gestão que começou a implantar.

— O objetivo da co-gestão é interessar os três segmentos da faculdade para conhecê-la, identificarem-se com ela e a administrarem — explica o diretor. Em dezembro e janeiro, mesmo sendo período de férias escolares, formaram-se na Faculdade de Direito da UFMG 25 comissões, que estão estudando problemas tão variados quanto a racionalização do uso da garagem da escola e um projeto chamado Escola 2, que pretende suprir com cursos paralelos as deficiências do currículo de Direito. Um dos problemas que já está sendo resolvido — segundo o diretor, dos mais graves na universidade — é o desvio de função de funcionários.

Outros problemas — como o uso da biblioteca e da gráfica, que estava desativada — e inovações, como a formação de uma associação de ex-alunos para apoiar externamente as iniciativas de melhoria do ensino da faculdade, também estão sendo tratados pelas comissões de professores, estudantes e funcionários, que não se descuidam, porém, de assuntos "menos importantes", como a instalação de um bebedouro no corredor de um determinado andar da faculdade.

— Outro trabalho de suma importância é a preparação da programação das festividades de 95 anos da faculdade — lembra o diretor. Coincidindo com os trabalhos da Constituinte, a administração co-gestionada da Faculdade de Direito trará, para debates jurídicos especializados, juristas de renome da Espanha e de Portugal, países que passaram recentemente por transição política semelhante à nossa — disse Washington Albino.

Experimentando soluções para problemas que o debate sobre a reforma universitária pretende enfrentar — como a autonomia administrativa e curricular — a co-gestão da Faculdade de Direito da UFMG não tem pretensão de servir de modelo para a universidade brasileira, segundo Washington Albino, que considera a experiência ainda em fase inicial.

— Quando as aulas recomeçarem e tivermos as assembleias gerais funcionando, aí sim, saberemos como será. Queremos apenas que a faculdade funcione bem, tendo como referência sempre o estudante. O estudante é o fim da universidade. Nós, professores e funcionários, somos apenas meios — resumiu.



Irani Campos: os funcionários participam